



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001099-34.2013.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Perdas e Danos**
 Requerente: **Fatima Donizete de Souza de Chico**
 Requerido: **Ricardo Paulo dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares** assumindo esta Vara Distrital até instalação de sua nova vara, conforme designação da E. Presidência do TJSP.

Vistos.

Trata-se de pedido de cobrança em que a autora alega ter vendido veículo ao réu, porém este deixou de pagar as parcelas do financiamento e causou danos no automóvel que totalizaram R\$ 2.809,74 para reparo da tapeçaria e pneus e mais R\$ 1.110,00 com serviços de funilaria. Requer, ainda, indenização por danos morais equivalente a 10 vezes os gastos que suportou.

A petição inicial de fls. 02/07 veio instruída com os documentos de fls. 08/32.

Citado (fls. 35) o réu não contestou (fls. 36).

DECIDO.

Inicialmente registro a demora por parte da serventia para certificar o prazo da contestação, considerando que a juntada do mandado ocorreu aos 13 de junho de 2013 e a certidão de ausência de resposta apenas foi lançada aos 24 de março de 2014, vindo os autos conclusos na última sexta-feira, dia 04 de abril de 2014.

Deixo de designar audiência de conciliação, pois a

0001099-34.2013.8.26.0233 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

indisposição do réu para defender-se tornar-se desnecessária a solenidade.

A cobrança tem arrimo nos documentos de fls. 25/32.

Ao silenciar quanto à pretensão o réu confessa o débito, atraindo para si os efeitos da assunção de fato desfavorável, conforme artigo 320 do Código de Processo Civil.

Portanto, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela autora, ou seja, o réu está em débito com os valores mencionados no nos documentos que instruíram a inicial.

Versando a questão sobre direito disponível, nenhuma outra incursão se faz necessária para reconhecer a procedência da pretensão deduzida, com exceção do pagamento em dobro do montante, pois não se trata de cobrança indevida pelo réu.

A reparação do dano faz-se na exata medida de sua ocorrência e não pode convolar-se em vantagem à autora. Portanto, ausente amparo legal para que a reparação do dano ocorra em dobro.

Outrossim, não procede o pedido de indenização por danos morais, pois dos fatos narrados não decorre o direito alegado. Trata-se de mero descumprimento contratual que não tem o condão de repercutir profundamente sobre os direitos da personalidade da autora causando-lhe desconforto psicológico anormal ou abalando-lhe a honra, dignidade e decore de forma acintosa.

Diante do exposto, **JULGO PARCIALMENTE**

0001099-34.2013.8.26.0233 - lauda 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

PROCEDENTE o pedido de cobrança e **CONDENO** o réu ao pagamento de R\$ 3.919,74 (três mil, novecentos e dezenove reais e setenta e quatro centavos).

Sobre o valor incidirá correção monetária a partir da citação pelos índices da tabela prática do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O valor também deverá ser acrescido de juros moratórios no patamar de 1% (um por cento – art. 406 CC/2002) ao mês, a partir o mesmo termo inicial, pois o autor atualizou o débito até a época da propositura.

O réu fica intimado acerca do disposto no artigo 475-J do Código de Processo Civil, no sentido de que, **após a publicação** da decisão (ou início da fase de execução provisória), nos 15 dias seguintes deve efetuar o pagamento da condenação, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do débito.

JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais e pagamento em dobro, o que faço nos termos do inciso I do art. 269 do Código de Processo Civil.

Sucumbentes recíprocos, as partes ratearão as custas e despesas processuais, ficando o réu isento dos honorários de sucumbência.

P.R.I.C

Ibaté, 07 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

0001099-34.2013.8.26.0233 - lauda 3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibate - SP - CEP 14815-000